

Projeto de Pesquisa

Pós-Doutorado

O Mito da Classe Produtiva na Crítica da Economia Política

Marx e Proudhon Revisitados

Leo Vinicius Maia Liberato

Resumo

A pesquisa parte de uma posição pragmática, expressa tanto em uma perspectiva de análise quanto no seu objetivo: contribuir para a criação de novas representações que sirvam de instrumento para os propósitos de movimentos e grupos sociais portadores de uma insubordinação expressa através de ações coletivas. Nos propomos à pesquisa, estudo e análise das obras de Karl Marx e Pierre-Joseph Proudhon buscando nelas suas formulações sobre a noção de classe produtiva e sobre conceitos de produção e trabalho produtivo/improdutivo, procurando revelar o caráter pragmático dessas construções, no que elas se inclinavam à constituição de *mito*, de acordo com o conceito de Sorel, a partir de um valor prático a um movimento e grupo social com o qual esses pensadores se identificavam em seu tempo. Buscar revelar o caráter pragmático dessas teorias críticas da economia política significa, em última análise, buscar demonstrar que elas deveriam ser entendidas, sobretudo, como parte de um processo de valorização da fonte do próprio poder de oposição e supressão do capital que apresentavam os atores de uma insubordinação ao mesmo; valorização do fazer, da atividade concreta dos proletarizados que se rebelavam. O quadro referencial formado pelas teorias e observações da escola marxista autonomista de origem italiana, e de algumas obras de Baudrillard, sobre a economia política e os conflitos sociais no capitalismo pós-fordista e monopolista, serve de base teórica para questionarmos a correspondência e coerência dos conceitos da economia política e da sua crítica clássica contemporaneamente, e nos fornecem um referencial teórico para problematizar e questionar o valor prático dessa crítica clássica nos dias de hoje.

Palavras-chave: trabalho produtivo; Marx; Proudhon; pós-fordismo; economia política; mito

Índice

1. Introdução.....	1
2. Problematização e Quadro Teórico.....	6
3. Justificativa.....	12
4. Objetivos.....	14
5. Plano de Trabalho.....	15
6. Cronograma de Execução.....	16
7. Metodologia e Forma de Análise dos Dados.....	17
8. Referências Bibliográficas.....	18

1. Introdução

Embora marginalmente, o pragmatismo em Marx tem sido apontado por estudiosos ligados a essa corrente filosófica, como Rorty (1995), Ghiraldelli Jr. (2006), entre outros. Pragmatismo marxiano que tem nas Teses Sobre Feuerbach sua formalização mais explícita e conhecida¹. Ghiraldelli Jr. (2006) bem aponta que ao lado desse “proto-pragmatismo” encontra-se em Marx uma outra posição, antinômica à primeira: a de um “objetivismo cientificista” espelhado nas ciências naturais de sua época. Marx, quando pretendeu encontrar leis gerais da história e da sociedade de acordo com o padrão de ciência na época², acabou dando ênfase à imanência dessas leis: o desenvolvimento histórico, o progresso e a transformação social sendo consequência da inevitável da atuação delas³. Nesse sentido, de acordo com Castoriadis (1987), a antinomia presente no pensamento de Marx poderia ser descrita como: se existem *leis* da história como ele propunha, nenhuma genuína atividade humana⁴ seria possível, a não ser, quando muito, como técnica.

A busca dessa verdade objetiva por Marx, imanente e independente da ação humana, estaria assim virtualmente em contradição com o pragmatismo presente no seu pensamento, no seu desejo por uma prática transformadora às expensas de uma filosofia interpretativa ou representativa da realidade e do mundo.

¹ A segunda e a décima primeira tese são destacáveis quanto ao teor pragmático: “A questão de saber se ao pensamento humano se pode atribuir uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade (...)” (Marx, 2003); “Os filósofos limitaram-se até agora a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras. O que importa é *muda-lo*” (*idem*).

² Época em que a mecânica clássica, com seus modelos deterministas e seu objeto de estudo bastante determinável num futuro, presente e passado, era o grande modelo de ciência, vide por exemplo a obra de Auguste Comte.

³ Sobre essa ênfase à imanência de leis históricas e sociais no pensamento de Marx, ver Castoriadis (1982; 1987).

⁴ No sentido dado por Castoriadis (1982; 1987), a ação humana (genuína) estaria relacionada à criação e auto-instituição.

Situamos aqui o pragmatismo como paradigma filosófico para o qual as teorias do conhecimento só ganham significado a partir da luta dos homens com seu meio; para o qual o valor prático aparece como critério de verdade. O conhecimento, a partir da posição pragmática, é concebido, portanto, fundamentalmente como conhecimento-para, e não como conhecimento-em-si (Rorty, 1995). A crença verdadeira seria a crença justificada, a crença boa para um certo grupo social, para o qual ela contém um determinado valor prático. Ela seria portanto dependente da experiência, situação histórica e social desse grupo, das suas aspirações e desejos, e da sua própria aplicabilidade.

No conceito soreliano de *mito* podemos encontrar um pragmatismo que, se não contém critérios de verdade, diferenciando-se assim do paradigma filosófico que situamos acima, compartilha com ele a preocupação primeira com o valor prático das crenças. O mito, para Sorel (1992), não deveria ser avaliado com base na sua proximidade a uma verdade científica, mas nas conseqüências práticas que dele adviriam⁵. A importância de um mito, por sua vez, deveria ser definida com base na sua capacidade de mobilizar e engajar as pessoas em uma ação política. O conceito de mito deveria ser entendido como uma “representação coletiva mobilizadora” (Julliard, 1992, p. 7), e não como mistificação ou criação imaginária em contradição com um real. Eles não seriam “descrições de coisas, mas expressões de vontades” (Sorel, 1992, p.49). O mito aparece em Sorel (1992) como mediação necessária entre princípios e ação, uma força motriz de todo movimento histórico, um meio “de agir sobre o presente” (Sorel, 1992, p. 145).

É nesse sentido, como mito, que Sorel (1992) percebe tanto a greve geral – defendida por ele próprio e pelos sindicalistas revolucionários no seu tempo – quanto a “revolução catastrófica de Marx” (p. 41), correspondente à crise final do capitalismo. Toda

⁵ O pensamento de Sorel se aproxima do pragmatismo de Charles Peirce a Richard Rorty uma vez que para estes as crenças devem ser pensadas como regras de ação, como instrumentos para se alcançar objetivos, e não como “representações acuradas ou não acuradas da realidade, ou como candidatas à validade universal” (Rorty, 1999).

teleologia marxiana é apreendida por Sorel (s/d) como um mito, uma crença supostamente boa, eficaz politicamente, para um grupo social. O teor de verdade científica, rigorosamente deduzida, serviria para construir e reforçar a crença e um imaginário; constituir o mito.

A nossa hipótese de trabalho é a de que, assim como a teleologia marxiana pode ser apreendida como mito, como o fez Sorel (s/d), a crítica clássica da economia política, formalizada por pensadores socialistas identificados com o movimento dos trabalhadores no século XIX, pode e deveria ser apreendida fundamentalmente como parte de um esforço coletivo para a constituição de uma “classe produtiva” como mito⁶. Crítica essa que teve nas obras de Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx suas formas acabadas mais importantes, ao lado da forte pretensão de objetividade científica que possuíam esses pensadores.

Em Thompson (1987), por exemplo, podemos entender a constituição da classe trabalhadora, a constituição de uma crítica da economia política e a restrição progressiva da significação “classe produtiva” à classe trabalhadora como processos concomitantes e relacionados⁷. Como Magnani (1982) procura mostrar em relação ao movimento operário paulista nas duas primeiras décadas do século XX, no imaginário dos militantes operários os capitalistas e funcionários do Estado seriam parasitas que, no máximo, executariam tarefas totalmente improdutivas. Os “párias” eram considerados as maiores vítimas do sistema capitalista, mas eram igualmente tidos como improdutivos. Assim, para o movimento operário, eles, isto é, a classe trabalhadora, seriam os verdadeiros produtores, e formariam uma pequena minoria na sociedade que carregaria todo o peso dela nas costas. Seriam eles a alimentar a sociedade e a produzir toda a riqueza, estando condenados, no

⁶ Se a utilidade geral e a igualdade foram significações que estiveram no cerne da revolução burguesa, da queda das “classes parasitárias” e do domínio, a partir de então, das “classes produtivas”, foi também através dessas significações que o movimento operário se constituiu em força antagonista, operando a restrição da significação “classe produtiva” à classe trabalhadora. Assim os burgueses iriam parar eles próprios no conjunto das “classes parasitárias”. *A classe produtiva somos nós!* iriam bradar os operários. A crítica da economia política oitocentista seria um esforço, envolto em critérios científicos, à constituição e reforço desse grito/mito. A classe que produz utilidade seria só uma: a dos trabalhadores.

⁷ Em Thompson (1987) ver especialmente a seção “Consciência de Classe”.

entanto, ao embrutecimento moral e à penúria econômica. O movimento operário procurava operar assim uma fuga de um estatuto de “besta de carga”⁸ e de sub-humanidade⁹ através, dentre outras práticas, da constituição de uma cultura de valorização do trabalho e dignidade do trabalhador¹⁰. Valorização do trabalho que, no período, significava mais precisamente valorização do trabalho manual e do chamado trabalho produtivo.

O movimento e a rebeldia¹¹ dos trabalhadores, de um proletariado em um capitalismo crescentemente industrial, sua prática e subjetividade, antecederiam ontologicamente e determinariam a teoria crítica da economia política e a definição decorrente de classe produtiva, seja na sua versão marxiana ou proudhoniana. Abstraída dessa relação, como freqüente, essa teoria crítica é apreendida única e primordialmente como objetivamente representativa e correspondente à realidade: uma verdade positiva e científica. De acordo com a nossa hipótese, perde-se assim o critério fundamental das formulações decorrentes dessas teorias críticas: o de constituírem uma “crença boa”, com valor prático para um grupo social; uma crença que fundamenta, apóia, enriquece, incentiva e fortalece uma prática rebelde e um movimento social emergente, significativo e antagonista em seu tempo a um poder constituído¹². A crença na produtividade exclusiva

⁸ A metáfora da *besta de carga* era comum em periódicos operários brasileiros do início do século XX para designar o estatuto dos trabalhadores (produtivos), como aparece por exemplo no jornal *La Battaglia*, n.113, 03/03/1907.

⁹ Sobre a luta de classes como luta contra um estatuto de sub-humanidade, ver Baudrillard (1996) e Liberato (2006).

¹⁰ Sobre essa cultura de valorização do trabalho e dignidade do trabalhador, ver Gomes (1988). No Brasil o trabalhismo e o Estado Novo podem ser vistos como o apogeu de uma *contra-revolução*, de acordo com a definição de Virno (2003b), isto é, uma *revolução ao inverso*. A contra-revolução de que fala Virno (2003b) é uma mudança para que nada mude, ela é inovação, e não a restauração de um antigo regime perturbado por conflitos e revoltas. Ela se serve das mesmas tendências e pressupostos culturais, econômicos e sociais sobre os quais poderia se desenvolver a *revolução* – trata-se de um poder constituinte empurrando o poder constituído a um novo paradigma. Como Gomes (1988) procura mostrar, o discurso trabalhista “baseou-se na re-significação de todo um elenco de demandas e de toda tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e na dignidade do trabalhador, desta feita enunciados e reconhecidos pelo próprio Estado” (p.328).

¹¹ Entendemos a rebeldia como categoria política, relacionada à autonomia, à capacidade de autodeterminação, de criação e auto-instituição. Ver Liberato (1996).

¹² Cabe ressaltar que essa perspectiva pragmática de análise que aqui propomos, indo ao encontro das de Willian James e John Dewey, não descarta a correspondência e a coerência como critérios para se decidir

dos trabalhadores assalariados ou manuais embora pudesse se sustentar, diante de um capitalismo pré-fordista, como crença verdadeira, baseada em critérios positivos de objetividade científica e de correspondência a uma realidade concebida como independente de qualquer subjetividade, teriam assim, no seu valor prático para um movimento ou grupo portador de uma revolta o critério fundamental para a avaliação do seu valor e pertinência.

A pergunta que nos norteia poderia ser formulada da seguinte maneira: o mito de classe produtiva dessa crítica clássica valoriza o fazer, a atividade concreta, dos grupos sociais portadores de uma rebeldia coletiva atualmente? A pesquisa proposta não pretende esgotar as respostas, ou mesmo dar uma resposta acabada, ela procura fornecer elementos que ajudem a responder essa questão.

Nos propomos à pesquisa, estudo e análise das formulações de Karl Marx e Pierre-Joseph Proudhon sobre a noção de classe produtiva e sobre conceitos de produção e trabalho produtivo/improdutivo, buscando revelar o caráter pragmático dessas construções, no que elas se inclinavam à constituição de mito a partir de um valor prático a um movimento e grupo social com o qual esses pensadores se identificavam em seu tempo. Buscar revelar o caráter pragmático dessas teorias críticas da economia política significa, em última análise, buscar demonstrar que elas deveriam ser entendidas, sobretudo e fundamentalmente, como parte de um processo de valorização da fonte do próprio poder de oposição e supressão do capital que apresentavam os atores de uma insubordinação ao mesmo; valorização do fazer, da atividade concreta dos proletarizados que se rebelavam¹³.

sobre a verdade ou falsidade de um enunciado. A correspondência e a coerência apareceriam no entanto em segundo plano. Um enunciado apresentaria validade (veracidade) dentro de um contexto, de certas condições de uso e aplicação. Condições essas “obtidas da observação e consideração da experiência” (Ghillardeli Jr., 2006).

¹³ Embora o movimento operário histórico tivesse como bandeira principal a redução da jornada de trabalho – visando tempo para o repouso e o lazer assim como para a instrução –, e embora no tempo de não-trabalho tenham constituído práticas culturais, escolas, associações etc., o poder operário era fundamentalmente o poder que os operários possuíam na produção, isto é, na fábrica capitalista. Quanto a esse poder operário, ver por exemplo, Gorz (1982).

2. Problematização e Referencial Teórico

O processo de trabalho é a atividade que tem como finalidade a produção de valores de uso, diz Marx no capítulo V do *Capital*.

O trabalho, diz Proudhon em *La Création de L' Ordre*, é a ação inteligente do homem sobre a matéria num objetivo previsto de satisfação pessoal.

Lugares-comuns da economia política clássica, formulações correspondentes à realidade do capitalismo (manufatureiro) de então.

Trabalho produtivo para Adam Smith: aquele que cria utilidade (valor de uso). Marx enfatiza nos *Grundrisse*: o trabalho, ou ainda uma produção, só é produtivo se cria ou recria capital. O trabalho que não produz produtos finitos e autônomos, objetos-utensílio, valores de uso, entram na categoria dos trabalhos improdutivos – em geral os serviços.

Há coerência em todas essas definições na medida que o valor e a reprodução do capital se ligam primordialmente à produção de bens materiais e valores de uso.

Trabalho, produção, valor de uso são categorias e conceitos que remetem um ao outro no discurso da economia política, e dos seus críticos oitocentistas consagrados. A caução é dada pela economia industrial da época: a produção de valor não escapa aos conceitos da economia política. Pode-se dizer que tais categorias correspondem a uma realidade.

Mas o que acontece com esses conceitos e categorias – e com a própria economia política – se, por exemplo, concordando com Meszáros (2002), nos damos conta de que o capital segue atualmente a “lei da taxa de utilização decrescente” em busca de sua reprodução? Ou se percebermos, como sublinha Baudrillard (1996), que cada vez mais

trabalho humano se torna improdutivo sem que isso impeça o capital de aprofundar sua dominação?

A coerência do discurso e das definições da economia política – e dos seus críticos oitocentistas – se esvai. Os conceitos só sobrevivem, nesse caso, por alargamento, o que implica necessariamente se desamarrarem uns dos outros. *Valor de uso, produção, trabalho, reprodução do capital* etc. só sobrevivem no discurso econômico ou sociológico por redimensionamento, sem o qual não encontrariam caução na realidade: a *produção* e o *trabalho* se desligam do *valor de uso*, a *reprodução do capital* se desliga da *produção* e do *trabalho*. Mas são todas as definições e distinções da economia política que tendem a se apagar. A própria distinção entre economia e cultura se torna cada vez mais insustentável (Hardt e Negri, 2001; Virno, 2003a; 2003b; Baudrillard, 1995b; 1985).

Essa “crise” da economia política e da sua crítica oitocentista, ou sua passagem a “modelo de simulação” (Baudrillard, 1985; 1996), coincide com a sua generalização e alargamento ao chamado mundo da vida, ou tempo de não-trabalho.

Somando-se às análises críticas que surgiram nos anos 1960 acerca das transformações produzidas pelo e no capitalismo monopolista, Illich (1973) apontava o aspecto central e estratégico que se tornara, para esse sistema, *capacitar o ser humano para o consumo disciplinado*. Cada vez mais capital seria requerido para essa capacitação – algo estranho ao capitalismo ainda de feições concorrenciais da época de Marx. Para Illich (1973), o consumo disciplinado seria análogo a um “emprego”. O motorista de um carro particular, o paciente no hospital, o aluno na sala de aula, todos deveriam ser considerados a partir de então como pertencentes a uma nova classe de “empregados”. O consumidor seria um “empregado” não revelado.

O sistema capitalista havia chegado ao ponto em que, para sua reprodução, necessitaria da sistematização racional das pulsões individuais em *necessidades*, a serem

satisfeitas por objetos de consumo e produtos industriais. Seguindo-se à racionalização do *fazer em força de trabalho assalariada*, a ordem de produção capitalista necessitaria em seguida – fenômeno que ficou claro no decorrer do século XX – produzir o *sistema de necessidades* como *forma mais avançada da sistematização racional das forças produtivas ao nível individual* (Baudrillard, 1995a). O ser humano capacitado ao consumo, ou ao *consumo disciplinado* se se preferir – transformada suas pulsões em necessidades saciáveis por produtos industriais – se tornaria, também por esse aspecto, força produtiva, e portanto “trabalhador” e “empregado” enquanto consumidor. O sistema de necessidades e de consumo não passaria de uma extensão organizada das forças produtivas (*idem*); uma forma de trabalho pela qual os indivíduos organizariam sua existência e a investiriam com sentido; um “emprego escondido”, como diria Illich (1973).

Essas observações e análises preliminares sobre o consumo no capitalismo monopolista revelavam já claramente a extensão das forças produtivas, isto é, a extensão da sistematização racional capitalista, para fora da fábrica, para fora do chamado “mundo do trabalho”. Já informavam sobre a emergência de forças produtivas imateriais – distintas do chamado trabalho intelectual – e da explosão e difusão do princípio da fábrica e do trabalho a toda a sociedade. Fenômenos esses que se tornariam centrais na caracterização do capitalismo pós-fordista para a escola autonomista¹⁴. *Trabalho imaterial e fábrica difusa* seriam conceitos criados por essa escola que tentariam apreendê-los.

¹⁴ O que estamos chamando de “escola autonomista” pode ter sua origem remontada ao *operaismo* italiano que surge em torno da revista marxista *Quaderni Rossi*, fundada por Raniero Panzieri em 1959. Uma cisão desse grupo original deu origem nos anos 1960 à revista *Classe Operaia*, dirigida por Mario Tronti, Sergio Bologna e Antonio Negri. No final dos anos 1960 outra cisão separou aqueles que, como Tronti, entraram no Partido Comunista Italiano, daqueles que, como Negri, se ligaram ao longo da década de 1970 ao movimento que ficou conhecido como Autonomia Operária. A esse último desdobramento do operismo italiano é que chamamos “escola autonomista”, embora, é claro, algumas de suas teses de base precedam essa cisão ocorrida no final dos anos 1960 (veja a introdução escrita por Giuseppe Cocco em Lazzarato e Negri (2001), especificamente a página 17, para mais detalhes sobre a origem dessa escola, seus desdobramentos e sua relação com o movimento Autonomia Italiana). Uma dessas teses, e talvez a mais distintiva e básica, foi formulada primeiramente por Mario Tronti, chamada por vezes de *a revolução copernicana do marxismo*. Basicamente trata-se da afirmação de que o papel ativo e dinâmico estaria no trabalho, ou melhor, na classe trabalhadora, sendo o capital meramente reativo; a luta dos trabalhadores seria o motor do desenvolvimento capitalista. O capital seria levado por um antagonismo interno – relação capital-trabalho onde o primeiro

A idéia de difusão da fábrica, e de uma subsunção da sociedade – e não mais apenas do trabalho – no capital, já aparecia em Baudrillard (1996). Tanto para o sociólogo francês quanto um pouco posteriormente para a escola autonomista, os fenômenos observados implicavam uma implosão das separações, categorias e conceitos centrais da economia política. As definições e distinções da economia política tenderiam a se apagar e se tornar obscuras. A distinção entre *produtivo* e *improdutivo*, *trabalho* e *não-trabalho*, *produção* e *consumo*, *produção* e *circulação*, *produção* e *reprodução*, e a própria distinção entre economia e cultura se tornaria problemática. No capitalismo monopolista ou pós-fordista a *produção* e o *trabalho* se desligariam do *valor de uso*, a *reprodução do capital* se desligaria da *produção* e do *trabalho*... Os conceitos da economia política só sobreviveriam assim por alargamento e redimensionamento. Como diria Meszáros (2002), haveria uma disjunção radical entre *produção genuína* (criação de valor de uso) e *auto-reprodução do capital* no capitalismo atual. Não sendo mais a primeira um pressuposto da última. Em suma, o capital fugiria da fábrica, do valor de uso e das determinações da economia política em busca de sua reprodução.

Quanto ao valor de uso, se ele representava na análise marxista, proudhoniana e da economia política um referencial exterior às relações capitalistas, uma referência de produção social, independente da produção econômica, hoje, mesmo que parcialmente, seria impossível definir o valor de uso de forma independente do valor de troca¹⁵. Nos termos de Baudrillard (1985; 1995b), o valor de uso passa a ser produzido pelo sistema de produção como álibi do valor de troca-signo, como um horizonte antropológico do valor de troca. A produção já não teria um referencial, o que, em última análise, resultaria no

necessária do segundo mas não o segundo do primeiro – , reagindo à ação e à pressão da classe trabalhadora. Na sua tentativa de vencer e decompôr a classe trabalhadora adviria o desenvolvimento e as mudanças de paradigma econômico, político e técnico do capitalismo.

¹⁵ O artigo *Value and Effect*, de Antonio Negri, desenvolve a argumentação, podendo ser encontrado em <<http://libcom.org/library/antio-negri>> (acessado em junho de 2005). Ver também Hardt e Negri (2001).

próprio *fim da produção* (Baudrillard, 1996), com o significado e realidade que ela possuía quando da crítica clássica da economia política.

Essa generalização do sistema de forças produtivas significaria, levaria, ao desaparecimento das próprias forças produtivas e da produção enquanto instância separada, com seu antigo e próprio conteúdo. Um desaparecimento por difusão e generalização. O capitalismo transpareceria assim não como um modo de produção, mas como *um modo de dominação* (Baudrillard, 1996). À indistinção entre trabalho produtivo e improdutivo, à produção pela produção e ao fim do referente segue-se que sob o signo da produção o que aparece é um sistema de reprodução, onde o trabalho seria acima de tudo reprodutivo (antes de “produtivo” ou “improdutivo”).

Assim como a moeda, perdendo seu referente-ouro, as categorias da economia política também entrariam num estado de “flutuação” uma vez que perderiam seu referente, a produção social: trabalho e não-trabalho, por exemplo, tornariam-se conversíveis e indistinguíveis. Essa indistinção e comutação entre trabalho e não-trabalho passaria também a ser característica desse estágio: o trabalho tenderia a desaparecer por difusão, invadindo a vida como repressão fundamental (*idem*).

Quanto à atividade laboral e não-laboral, elas tenderiam a se tornar equivalentes como “forças produtivas”, e a se tornar indistintas na sua natureza e nas habilidades envolvidas (comunicativas e relacionais)¹⁶, reduzindo-se a distinção entre as duas meramente àquela entre *tempo/atividade remunerada* e *tempo/atividade não-remunerada* (Virno, 2003a). Para a escola autonomista, a categoria clássica de trabalho se demonstraria totalmente insuficiente para dar conta da atividade do que eles chamam por *trabalho*

¹⁶ Virno (2003a), de modo bastante original, procura mostrar também como a distinção aristotélica entre *trabalho, intelecto e política* seria desfeita no atual contexto pós-fordista. As atividades laboral, intelectual e política guardariam anteriormente distinção nítida entre si com base em algumas características e propriedades particulares a cada uma. Como Virno (2003a) procura mostrar mais especificamente, o trabalho pós-fordista teria absorvido muitas características que seriam típicas da ação política.

*imaterial*¹⁷, no qual seria cada vez mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre; ou entre o tempo produtivo e o tempo de lazer (Lazzarato; Negri, 2001). Assim, nas palavras de Virno (2003a), “a intelectualidade de massa¹⁸ está no centro da economia pós-fordista exatamente porque seu modo de ser escapa totalmente aos conceitos da economia política” (p. 115). Apontando mais do que uma insuficiência dos conceitos da economia política, Baudrillard (1996) lembraria no entanto que nem a economia “clássica” do signo nem a economia política cessariam, propriamente falando, de existir: elas ganhariam uma existência segunda, tornando-se uma espécie de *princípio fantasma de dissuasão*¹⁹.

As análises e formulações da escola autonomista²⁰ e de Baudrillard (1985; 1995a; 1995b; 1986), além de ajudarem a questionar a correspondência e coerência da economia política e da sua crítica clássica, nos fornecem um referencial teórico para problematizar e questionar o valor prático dessa crítica clássica nos dias de hoje. Em suma, nos fornecem uma base teórica para discutir uma possível perda da efetividade do mito da classe produtiva como concebido classicamente em meio à emergência e auge da rebeldia operária.

¹⁷ A noção de trabalho imaterial cobre um vasto território de produção/extração de valor se levarmos em conta todas as referências a ele nas obras dos autonomistas e em situações observáveis no dia-a-dia. Da atividade profissional de publicitários e afins às tarefas de comunicação e coordenação cada vez mais centrais dentro da própria indústria (que por sua vez está cada vez mais próxima da forma-serviço), do trabalho no setor de serviços propriamente dito (pela sua característica comunicativa e afetiva) aos trabalhadores de informática, do fluxo de desejo dos “consumidores” às atividades e atitudes comunicativas e culturais constitutivas e exteriores ao “mundo do trabalho” etc. etc. Seria o conjunto das relações sociais que se tornaria “produtivo”, ou como os autonomistas costumam dizer se referindo ao capitalismo pós-fordista: *a vida é posta a trabalhar*.

¹⁸ O conceito de *intelectualidade de massa* é parente do conceito marxiano de *general intellect*. A fórmula do *general intellect*, incorporado no capital fixo e tornado principal força produtiva – como propõe Marx no Fragmento sobre as Máquinas dos *Grundrisse* – é modificada pela escola autonomista. Ao invés de equacionarem *general intellect* com *trabalho morto* (máquinas), equacionam *general intellect* com *trabalho vivo* (proletários, trabalhadores, pessoas). Através dessa operação o *general intellect* se torna *intelectualidade de massa*, uma força produtiva coletiva e imaterial. Ver Negri (1991).

¹⁹ Quando é a sociedade a estar subsumida no capital, essa separação do econômico em uma esfera da “produção” e do “trabalho” constituiria acima de tudo um *modelo de simulação*, um princípio de realidade e um imaginário a serem alimentados.

²⁰ Entre autores do que temos chamado de escola autonomista podemos citar Antonio Negri, Paolo Virno, Michael Hardt, Maurizio Lazzarato, Harry Cleaver; Emmanuel Rodriguez, Christian Marazzi, Sergio Bologna, entre muitos outros.

3. Justificativa

A pesquisa e a decorrente análise e discussão, propostas neste projeto, colocam-se em continuidade com um dos apontamentos finais da tese de doutoramento *Expressões Contemporâneas de Rebeldia: Poder e Fazer da Juventude Autonomista*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina por este proponente à pós-doutoramento. A pesquisa que levou à referida tese de doutoramento focou grupos e movimentos sociais protagonizados por uma juventude²¹ de tendência autonomista – o chamado movimento antiglobalização no Brasil e no Reino Unido, e o Movimento Passe Livre no Brasil.

O estudo desses movimentos juvenis, junto à literatura esboçada na seção anterior, nos ajuda a sustentar a tese de que o emprego e o trabalho, entendido este como atividade mediada pelo dinheiro, ganham faticidade cada vez mais como controle político e social, e menos como atividade ou forma propriamente produtiva. As ações e atividades protagonizadas pela juventude estudada apresentavam, por fim, um significado que remetia – certamente junto a outras experiências contemporâneas – a uma desejável reformulação do que poderíamos chamar de imaginário de esquerda ou anticapitalista²². Em suma, remetia à valorização do fazer cotidiano da coletividade, para além da atividade mediada pelo dinheiro. Nos termos que temos usado, remetia à (re)construção de um mito

²¹ Entendendo *juventude*, para além de uma categoria social, como uma forma que ganha o proletariado com o processo de *massificação* ocorrido no século XX; tomando *proletariado* na definição ampla de Hardt e Negri (2001). Ver Liberato (2006).

²² Por exemplo, a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), expressiva reunião de entidades e movimentos de esquerda no Brasil, em suas cartas e manifestos defende o princípio da “valorização do trabalho”, ao lado da reivindicação de crescimento econômico, criação de frentes de trabalho e geração de empregos. A “valorização do trabalho” a que se reporta a CMS acaba significando uma desvalorização dos proletarizados, ou dos trabalhadores, se se preferir. Nesse caso, evidentemente, é preciso entender a “valorização do trabalho” proposta pela CMS não somente em termos objetivos de elevação salarial como explícito em seus documentos, mas em termos subjetivos, de valorização de uma forma-trabalho produzida industrialmente pelo desenvolvimento capitalista. É desvalorização dos proletarizados na medida que ela não significa valorização das atividades concretas dos proletarizados e do fazer autônomo destes, fora do mando capitalista (chefe, patrão, gestor etc.); mas, ao contrário, acaba significando a valorização do mando, do mando do capital, que determina e define a forma-trabalho a que a CMS se reporta e que se objetiva freqüentemente na forma de *emprego*. Ver Liberato (2006).

em que se apóie grupos e movimentos rebeldes contemporaneamente. Contrariamente ao que se esforçavam por fazer, por exemplo, Marx e Proudhon, possivelmente um mito que afirmasse a “produtividade” dos que hoje têm sido considerados “improdutivos”²³.

Assim como esses movimentos de juventude, o poder antagonista de expressivos movimentos sociais contemporâneos tem se baseado no fazer fora do tempo de trabalho, fora da subordinação a um mando capitalista ou autoridade, fora do emprego. Como aponta Fernandes (2006), mestre em História e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), tem sido chave e ao mesmo tempo um desafio para movimentos sociais latino-americanos saber organizar e canalizar a “poupança social de tempo disponível”; em outras palavras, controlar autonomamente o tempo socialmente disponível, em uma época em que esses movimentos são formados em grande parte por uma massa “descartável pelo sistema”: desempregados, subempregados, não-trabalhadores, temporários etc. O conceito de autovalorização, forjado por Antonio Negri, se reporta a essa auto-organização e preenchimento do tempo liberado, que ganha centralidade e importância a esses movimentos sociais. A autovalorização estaria ligada aos momentos e processos de criação de existência para os próprios grupos em rebeldia, não somente contra o capital; um processo que se autodetermina e que iria além da mera resistência. Designaria portanto os momentos positivos da autonomia do proletariado. O poder da autovalorização seria com frequência o poder de preencher tempo e espaços liberados da dominação capitalista com projetos autônomos e alternativos (Cleaver, 1992; Negri, 1980; 1991).

Tratar-se-ia então de valorizar a fonte do poder desses grupos em rebeldia contemporaneamente. É nesse sentido e contexto que se justifica a leitura e análise da crítica clássica da economia política aqui proposta, buscando mostrá-la como parte integrante da constituição de um mito de classe produtiva e tendo como fundamento o

²³ Marx, Proudhon e o movimento operário buscaram afirmar a improdutividade de categorias que eram consideradas então, hegemonicamente e pela economia política burguesa, como produtivas.

valor prático desse mito para um grupo social em rebeldia: tentar extrair dessa crítica o seu critério fundamental, o de possuir um valor prático para movimentos sociais no seu tempo, que portavam, na ação, através da sua rebeldia, um antagonismo a um poder constituído.

4. Objetivos

Podemos condensar os objetivos da pesquisa, a partir do que já foi exposto na Introdução e na Justificativa, nos seguintes pontos:

Objetivo geral:

- Contribuir para a criação de novas representações que sirvam de instrumento para os propósitos de movimentos e grupos sociais portadores de uma insubordinação expressa através de ações coletivas.

Objetivos específicos:

- mostrar a dimensão pragmática, isto é, como representações adequadas a propósitos contextuais, da crítica clássica da economia política que emergiu em meio ao movimento operário histórico e que teve nas obras de Marx e Proudhon suas formulações mais conhecidas e influentes;
- apreender os postulados sobre trabalho produtivo e as noções de classe produtiva de Proudhon e Marx como constituintes de um mito, no sentido soreliano do termo;
- tentar expor o critério fundamental dessa crítica da economia política, qual seja, o de possuir um valor prático para movimentos sociais no seu tempo,

portadores concretos, através de sua rebeldia, de um antagonismo a um poder constituído;

- buscar revelar essas teorias críticas da economia política fundamentalmente como parte de um processo de valorização da fonte do próprio poder de oposição que apresentavam os atores de uma insubordinação; como parte de um processo de valorização do fazer, da atividade concreta, dos atores sociais em rebeldia.

5. Plano de Trabalho

O trabalho de pesquisa proposto consiste em grande parte na leitura das obras de Marx e Proudhon, onde nelas podemos apreender as noções de classe produtiva e conceitos de trabalho produtivo/improdutivo, e como estes são construídos e defendidos por esses autores. As obras completas de Proudhon estão disponíveis na biblioteca do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, assim como as obras de Marx em que essas noções e conceitos são definidos²⁴.

Para melhor avaliarmos ou sustentarmos a coincidência entre a constituição da classe operária, seu imaginário, sua significação de classe produtiva e aquelas apresentadas por Proudhon e Marx, planejamos uma pesquisa, embora não exaustiva, na literatura que versa sobre a história do movimento operário – século XIX e primeiras décadas do século XX – e/ou, se necessário, em fontes primárias como jornais e publicações operárias brasileiras²⁵.

²⁴ *O Capital, Teorias da Mais-Valia* e os *Grundrisse* sendo as principais obras marxianas a serem pesquisadas para nosso propósito.

²⁵ O arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp, sendo um arquivo acessível para tanto.

Por fim nos dedicaremos à sistematização do que foi levantado e à redação das análises e reflexões resultantes.

6. Cronograma de Execução

1º bimestre	Pesquisa na literatura sobre imaginário e significações do movimento operário
2º bimestre	<i>idem</i>
3º bimestre	Pesquisa nas obras de Pierre-Joseph Proudhon
4º bimestre	<i>idem</i>
5º bimestre	<i>idem</i>
6º bimestre	Pesquisa nas obras de Pierre-Joseph Proudhon e de Karl Marx
7º bimestre	Pesquisa nas obras de Karl Marx
8º bimestre	<i>idem</i>
9º bimestre	<i>idem</i>
10º bimestre	Sistematização e análise
11º bimestre	Sistematização, análise e Redação
12º bimestre	Redação

7. Metodologia e Forma de Análise dos Dados

Os conceitos e noções proudhonianos e marxianos de classe produtiva e trabalho produtivo/improdutivo serão postos, primeiramente, em perspectiva histórica. Mais precisamente, serão confrontados com o levantamento da constituição, ação e imaginário do movimento operário histórico – movimento e grupo social portador de uma rebeldia expressiva e significativa ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. Desse modo podemos avaliar e discutir o pragmatismo dessas teorias críticas clássicas da economia política, assim como avaliar e discutir a hipótese de que elas participariam efetivamente da constituição do mito soreliano de classe produtiva para o movimento operário.

Em seguida analisaremos essas noções e conceitos tendo como quadro referencial as teorias e observações convergentes da escola autonomista, de Baudrillard (1985; 1995a; 1995b; 1996) e da pesquisa de doutoramento de Liberato (2006) relacionadas a conceitos e categorias da economia política e aos conflitos sociais no capitalismo pós-fordista e monopolista.

A análise e discussão dentro desse quadro conceitual baseado no referencial da escola autonomista do marxismo italiano, além de servir para questionar e problematizar o valor prático da crítica clássica da economia política atualmente, pode ser vista no seu próprio desenvolvimento como uma contribuição à criação de novas representações que sirvam de instrumento a movimentos e grupos sociais contemporâneos. Portanto, a análise e a metodologia também se inserem dentro de uma concepção e preocupação pragmática do conhecimento.

8. Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995a.

_____. *A Troca Simbólica e a Morte*. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

_____. *Le miroir de la production: ou, l'illusion critique du matérialisme historique*. Paris: Editions Galilée, 1985.

_____. *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995b.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ªed., 1982.

_____. *As Encruzilhadas do Labirinto 2: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CLEAVER, Harry. The Inversion of Class Perspectives in Marxian Theory: From Valorisation to Self-Valorisation. In: BONEFELD, W.; GUNN, R.; PSYCHOPEDIS, K. (ed.). *Open Marxism. v. II: Theory and Practice*. London: Pluto Press, 1992. p. 106-145.

FERNANDES, Marco. *O tempo da brecha na História: Sobre o uso do tempo pelo poder popular*. São Paulo. Mimeo. 2006.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *O que é pragmatismo?* 2006. Disponível em <<http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=44>>, acessado em junho de 2006.

_____. *Escola de Frankfurt e Pragmatismo em Espelho*. 2006. Disponível em <<http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=52>>, acessado em junho de 2006.

- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ILLICH, Ivan. *A Sociedade sem Escolas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- JULLIARD, Jacques. “Prefácio”. In: SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LIBERATO, Leo V. M. *Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl. *Grundrisse : foundations of the critique of political economy (rough draft)*. London; New York : Penguin Books; New Left Review, 1993.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. Teses Sobre Feuerbach. *Revista-Poster Baderna* n.1. São Paulo: Conrad, 2003.
- MÉSZAROS, István. *Para Além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NEGRI, Antonio. *Del Obrero-Masa al Obrero Social*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1980.

- _____. *Marx Beyond Marx: Lessons on the Grundrisse*. Londres: Pluto Press, 1991.
- PROUDHON, *De la Creation de l'Ordre Dans l'Humanité*. Antony: Tops; H. Trinquier, 2000.
- RORTY, Richard. *L'espoir au lieu du savoir: introduction au pragmatisme*. Paris: Albin Michel, 1995.
- _____. Verdade e Liberdade: uma réplica a Thomas McCarthy. In: GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Richard Rorty: A Filosofia do Novo Mundo em Busca de Mundos Novos*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. “Préface”. In: SELIGMAN, E., *L'Interprétation Économique de l'Histoire*. Paris: Marcel Rivière [s/d].
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operaria Inglesa, v.3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VIRNO, Paolo. *Gramática de la Multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Madri: Traficante de Sueños, 2003a.
- _____. *Virtuosismo y revolución: la acción política en la era del desencanto*. Madri: Traficante de Sueños, 2003b.